

Desemprego

Plínio de Arruda Sampaio Jr, João Saboia, João Felipe Cury Marinho Mathias, Luiz Fernando de Paula, Eduardo Amendola, Rubens R. Sawaya e Marcio Pochmann discutem o mais grave problema brasileiro e as transformações no mercado de trabalho



Desemprego

A edição de julho é dedicada a discutir o mais grave problema brasileiro – o desemprego – e as transformações no mercado de trabalho e propor políticas públicas e ações para a geração de empregos.

O bloco temático começa com artigo de Plínio de Arruda Sampaio Jr, do IE/Unicamp. Ele avalia que o aumento no desemprego no Brasil corresponde à nova fase do processo de reversão neocolonial. A queda no nível de vida dos trabalhadores é uma das condições para a rebaixada posição do país na divisão internacional do trabalho.

João Saboia, da UFRJ, faz uma retrospectiva dos acontecimentos nos últimos 14 anos, que culminaram na forte elevação do desemprego. A principal variável para a geração de empregos nos próximos anos é a retomada do crescimento econômico. Os empregos estarão concentrados no setor de serviços.

João Mathias, do IE/UFRJ, chama a atenção para a alteração no perfil do trabalho no mundo, ocasionada por uma “Quarta Revolução Industrial”. O desafio para o Brasil é ingressar no novo mundo do emprego num contexto de grave crise interna.

Luiz Fernando de Paula e Eduardo Amendola, ambos da Uerj, defendem que a melhoria no mercado de trabalho a longo prazo depende de uma política macroeconômica que viabilize taxas de câmbio e juros mais amigáveis ao setor produtivo e políticas que estimulem o investimento em infraestrutura econômica e social.

Rubens Sawaya, da PUCSP, afirma que a reforma trabalhista retirou direitos, precarizou o trabalho e isolou os trabalhadores. A discussão sobre as “novas tecnologias” serve para justificar a transformação na legislação para o “novo tipo de emprego”, por hora, domiciliar e por tarefas.

Marcio Pochmann, da Unicamp, ressaltou a redução de 1,5 milhão de ocupações na comparação entre o primeiro trimestre de 2018 e o último trimestre de 2016, quando a recessão teria, em tese, sido encerrada. Com a reforma trabalhista, o patronato passou a substituir empregos regulares por ocupações em regime de trabalho flexível.

Fora do bloco temático, artigo do FPO analisa os impactos das renúncias fiscais do Estado do Rio de Janeiro no setor de bebidas. A relação da arrecadação de ICMS e do emprego com o montante de renúncias é inversamente proporcional.

Sumário

Desemprego	3
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr</i>	
Emprego só com “intervenção popular”	
Desemprego	4
<i>João Saboia</i>	
Emprego, produtividade e serviços: desafios para o próximo governo	
Desemprego	6
<i>João Felipe Cury Marinho Mathias</i>	
Desemprego no Brasil: dos descaminhos do presente a uma agenda para o futuro	
Desemprego	8
<i>Luiz Fernando de Paula</i>	
<i>Eduardo Amendola</i>	
Um longo e tenebroso inverno	
Desemprego	10
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
Emprego, reforma trabalhista, desemprego e precarização: há solução?	
Desemprego	12
<i>Marcio Pochmann</i>	
Estagnação econômica e nova Divisão Internacional do Trabalho	
Fórum Popular do Orçamento	14
Renuncie com moderação	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Emprego só com “intervenção popular”

Plínio de Arruda Sampaio Jr*

A crise de desemprego que abala a vida nacional foi provocada pela exaustão do ciclo expansivo impulsionado pelo *boom* especulativo de commodities no comércio internacional. Após 2012, a impossibilidade de compensar a contração das exportações pela expansão do mercado interno reduziu progressivamente o crescimento até levar a economia à estagnação.¹ A tendência recessiva foi potencializada, a partir de 2015, pelos efeitos desastrosos da política de ajuste ortodoxo implementada por Dilma Rousseff e reforçada por Michel Temer.

A austeridade fiscal gerou uma depressão sem precedentes. O desemprego explodiu. Entre 2015 e 2016, a queda de 7,1% do PIB veio acompanhada de um aumento de aproximadamente 9 milhões na força de trabalho subutilizada – contingente equivalente a quase toda a força de trabalho do Chile.²

Ao contrário do que os apologistas da ordem vociferaram, o crescimento de 1% no PIB em 2017 não representou o início de uma recuperação, mas apenas a estabilização do nível de atividade em torno de um patamar baixíssimo. A modesta expansão foi determinada por fatores aleatórios que não engendraram nenhum efeito acumulativo capaz de reverter a estagnação – basicamente a colheita de uma safra agrícola recorde, que potencializou o PIB agrícola, e o aumento do consumo das famílias, impulsionado pela liberação dos recursos do FGTS. O impacto sobre o desemprego foi nulo. No final do ano, o Brasil acumulava mais dois milhões de trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho –

magnitude superior a toda a força de trabalho do Uruguai.³

A estagnação da massa salarial, que deprime a capacidade de consumo das famílias, o regime de austeridade fiscal, que congela os gastos sociais por vinte anos, e as incertezas estruturais, que abalam a confiança dos empresários, paralisando os investimentos, não permitem supor uma recuperação sustentável do mercado interno. Assim, na ausência de um vigoroso aumento da absorção externa, puxado pela expansão das exportações, fenômeno fora do horizonte imediato, não há nenhuma perspectiva de mudança qualitativa na situação do mercado de trabalho.

Dentro das regras de jogo cristalizadas na arquitetura institucional do Plano Real, o raio de manobra da política econômica para estimular a demanda agregada é mínimo. A Lei de Responsabilidade Fiscal criminaliza a política anticíclica de inspiração keynesiana. A liberalização do movimento de capitais compromete a capacidade de controle das autoridades monetárias sobre as taxas de juros e câmbio.⁴ A liberalização do comércio implica progressiva transferência do multiplicador de renda e emprego para o exterior, sobretudo em um ambiente de crise global de superprodução e acirrada concorrência internacional.

A desindustrialização – resultado inexorável do processo de especialização regressiva provocado pela inserção subalterna na ordem global – desarticula os mecanismos endógenos de formação da demanda agregada e geração de emprego. O deslocamento do eixo dinâmico do crescimento para o exterior, a presença de bloqueios à expansão sustentada do mercado interno, decorrentes da subordinação da política

fiscal às exigências da administração da dívida pública e da tendência estrutural a desequilíbrios no balanço de pagamentos, bem como a sistemática redução do multiplicador de emprego afastam qualquer possibilidade de uma solução efetiva para o flagelo que deixa um de cada quatro trabalhadores fora do mercado de trabalho, dois terços dos quais pardos e negros.

Parafraseando Darcy Ribeiro, a crise de desemprego não é uma crise, é um projeto. O salto de qualidade na magnitude do desemprego corresponde à nova fase do processo de reversão neocolonial que está convertendo a economia brasileira em uma megafeitoria moderna. A massa de desempregados é estratégica para rebaixar o nível tradicional de vida dos trabalhadores – uma das condições para o ajuste do Brasil à posição mais rebaixada que lhe cabe na divisão internacional do trabalho.

Nessas circunstâncias, a eliminação do desemprego estrutural passa por uma ruptura radical com as estruturas e dinâmismos do padrão de acumulação liberal-periférico. O primeiro passo é tirar o controle dos centros internos de decisão das mãos do grande capital, internacional e nacional, sem o que os trabalhadores brasileiros ficam privados de qualquer possibilidade de reorganizar a vida econômica nacional. Em outras palavras, uma política econômica que priorize o atendimento das necessidades fundamentais do conjunto da população – e a geração de emprego em primeiro lugar – requer a reversão do processo de liberalização comercial e financeira, a suspensão do pagamento da dívida pública, a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o fim do congelamen-



to dos gastos públicos, bem como a centralização do câmbio, a democratização do Banco Central e a estatização do sistema financeiro.

Uma mudança de tamanha envergadura – a única capaz de efetivamente enfrentar os determinantes estruturais do desemprego – supõe uma intervenção popular que coloque na ordem do dia uma verdadeira refundação, de baixo para cima, do Estado brasileiro. É o conflito que polarizará a luta de classes no próximo período histórico.

* É professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp.

1 Sobre a relação entre desindustrialização e capacidade de geração de emprego da economia brasileira, ver Texto para discussão, No. 2036, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, fevereiro, 2015.

2 Ver artigo de Tiago Oliveira, “A frágil recuperação do mercado de trabalho brasileiro”, na Carta social e de Trabalho, No. 36, CESIT-IE/UNICAMP, p. 22 a 30.

3 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Primeiro Trimestre de 2018, jan.-mar. 2018

4 Para uma visão histórica da relação entre mobilidade de capitais e política monetária ver, Eichengreen, B. A Globalização do Capital – Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, Editora 34, 2002.

Emprego, produtividade e serviços: desafios para o próximo governo



João Saboia*

No período 2004/2008 o mercado de trabalho brasileiro apresentou um comportamento bastante favorável. Ao mesmo tempo em que a economia apresentava taxas de crescimento positivas, milhões de empregos eram gerados, a maior parte no setor formal da economia. Além disso, beneficiado pelo crescimento da economia e taxas de inflação moderadas, o rendimento médio também crescia.

Apesar da intensidade da crise que atingiu o país em 2009, o período que se estende até 2014 continuou relativamente favorável para o mercado de trabalho, com redução da informalidade e geração contínua de novos empregos. A política de recuperação do salário mínimo contribuía para o crescimento do rendimento médio do trabalho, que, associado ao maior nível de emprego, resultava em aumento da massa de rendimentos, realimentando a economia via consumo.

Esse movimento foi encerrado em 2014, quando a crise fiscal se apresentou com maior clareza. A busca de enfrentamento da crise via políticas ortodoxas pelo novo governo Dilma foi um desastre. Tal fato, associado a um Congresso que boicotava sistematicamente o governo, teve como consequência óbvia o mergulho do país numa crise sem precedentes. O impeachment em maio de 2016 trouxe consigo um governo que já começou desmoralizado, piorando à medida que novos escândalos de corrupção eram descobertos a cada dia.

2015 e 2016 foram dois anos terríveis para o mercado de trabalho, com a destruição de milhões de empregos e salto da taxa de desemprego. Além disso, boa parte da redução da informalidade nos anos anteriores foi perdida, com a substituição de empregos com carteira assinada por empregos informais e trabalho por conta própria.

Sem dúvida, 2017 representou um certo alívio, na medida em que a economia parou de cair e houve alguma recuperação no mercado de trabalho. Os novos empregos gerados, entretanto, representaram apenas uma gota d'água do que havia sido perdido nos dois anos anteriores. Por outro lado, a informalidade continuou com toda a força. É verdade que o nível de renda deixou de cair, menos por conta de uma eventual recuperação da demanda no mercado de trabalho, mas, principalmente, pela queda da inflação.

Sob o argumento de que ela seria benéfica para a geração de empregos, o governo conseguiu aprovar a reforma trabalhista, que até hoje não conseguiu mostrar qualquer efeito real sobre o nível de emprego. Os empregos criados sob as novas formas incluídas na reforma (trabalho intermitente e jornada parcial) representam um volume mínimo de empregos desde então.

Na virada do ano havia um certo otimismo no país sobre o que seria o comportamento da economia em 2018, com previsões de crescimento de até 3% para este ano. Com o passar dos meses, entretanto, ficou claro que o otimismo era exagerado e os números do primei-

ro semestre estão aí para comprovar. Com isso, uma eventual recuperação do mercado de trabalho neste ano mostra-se cada vez mais distante. Provavelmente teremos números mais favoráveis no segundo semestre, inclusive por motivos sazonais, como costuma ocorrer em quase todos os anos. Mas uma efetiva recuperação encontra-se longe do horizonte.

O quadro eleitoral está bastante indefinido e fica muito difícil fazer qualquer prognóstico do que será a economia e o mercado de trabalho nos próximos anos. De qualquer forma, tendo em vista a experiência do passado recente, alguma coisa pode ser dita sobre em que áreas as perspectivas poderiam ser mais favoráveis.

Geração de emprego e produtividade às vezes andam em direções opostas. Numa situação estática (sem crescimento), se o emprego crescer, a produtividade deveria cair e vice-versa. O grande desafio é fazer com que as duas variáveis sigam no mesmo sentido. No Brasil, a produtividade tem andado de lado, fazendo o país perder posições no ranking mundial, inclusive para países com níveis de desenvolvimento menores que o nosso. Como crescer o emprego e a produtividade ao mesmo tempo, aumentando a competitividade do país? Esse é o grande desafio.

A experiência do Brasil nos anos pré-crise foi de forte crescimento do emprego, com reflexos negativos sobre a produtividade. Em termos puramente contábeis, se o emprego e o produto crescerem no mesmo ritmo, a produtivi-



vidade permanece constante. Para que o emprego cresça, é necessário que a economia cresça acima da produtividade. Portanto, em princípio, é possível ter simultaneamente crescimento do emprego e da produtividade. Em outras palavras, para que haja aumento do emprego sem queda na produtividade, a condição necessária é que haja crescimento econômico.

Portanto, o ideal seria o país concentrar esforços em segmentos com grande capacidade de geração de empregos e onde o nível de produtividade seja baixo, com espaço para sua elevação.

Na última década e meia, o setor de serviços foi aquele que concentrou a maior geração de empregos. Tal situação se repete em outros países e é, portanto, nesse setor da economia que devem ser

depositadas as energias quando se pensa em geração de empregos em grande volume. O ponto negativo é que a imensa maioria desses empregos é de baixos salários e produtividade. Tal segmento é muito sensível ao nível de renda da população, tendo sido muito atingido pela atual crise. No momento em que a economia voltar a crescer, certamente vários segmentos de serviços voltarão a gerar empregos.

O setor de serviços, por outro lado, possui uma enorme heterogeneidade. Enquanto os serviços financeiros e de informação possuem alta produtividade e pagam salários relativamente elevados, aqueles prestados às famílias, de alojamento e alimentação, de manutenção e domésticos, além do próprio comércio, encontram-se em situação oposta. São esses, en-

tretanto, que têm gerado a maior quantidade de empregos no país nos últimos anos.

Assim, qualquer política volta para o estímulo à geração de empregos em serviços deve diferenciar os dois grandes segmentos. Aqueles de alta produtividade deverão continuar gerando os melhores empregos, porém num volume potencialmente mais reduzido que os demais. Tais segmentos já se mostram competitivos e assim deverão permanecer, com os próprios investimentos feitos pelo setor privado.

No caso dos demais setores de serviços, há muito espaço para a melhoria da produtividade do trabalho, tanto em termos de educação formal da população em geral quanto na melhoria e ampliação do ensino técnico, cujos resultados, entretanto, só serão visíveis a

médio prazo. No curto prazo, só o crescimento econômico nos próximos anos poderia dar conta da geração de empregos em quantidade suficiente para a redução das elevadas taxas de desemprego. Mas que não haja expectativas exageradas, na medida em que tais empregos serão, em sua maioria, de baixa qualidade e salários. E, provavelmente, com elevado grau de informalidade.

Pensando em outros setores da economia não devem ser criadas grandes esperanças de forte geração de empregos. A indústria brasileira precisa aumentar sua competitividade perdida nos últimos anos, buscando aumentar a produtividade. Em princípio, não colaborará significativamente para o crescimento do emprego. Nos últimos anos, já vinha contribuindo pouco e assim deverá permanecer no futuro próximo. Quanto à agricultura, esta vem se modernizando há vários anos, e sua tendência é de redução do emprego por conta do aumento da produtividade na produção de *commodities*. Daí também não se deve esperar grande contribuição em termos de geração de emprego.

Finalizando, nos parece claro que a principal variável para a geração de empregos e redução do desemprego nos próximos anos é a retomada do crescimento econômico e que tais empregos estarão concentrados no setor de serviços. Foi ele o grande responsável pela performance favorável do mercado de trabalho até 2014 e certamente a volta do crescimento econômico será a variável-chave para o país sair do atual atoleiro em que se encontra.

*É professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desemprego no Brasil: dos descaminhos do presente a uma agenda para o futuro

João Felipe Cury Marinho Mathias*

Em 2016, o World Economic Forum publicou o instigante relatório *The Future of Jobs* (World Economic Forum, 2016), que chama atenção sobre a emergência de uma “Quarta Revolução Industrial”, moldada a partir dos desenvolvimentos de várias áreas, tais como a Genética, a Inteligência Artificial, Robótica, Impressão em 3D, Biotecnologia, dentre outras, que acabam por amplificarem, reforçarem, bem como criarem outras áreas.

Já está em curso o desenvolvimento de casas “inteligentes”, *smart grids* (no sistema elétrico), bem como uma série de inovações de produtos e processos. Todos esses desenvolvimentos recentes acabam por reforçar a necessidade de

se lançar uma luz adicional sobre o futuro do trabalho. A mudança do perfil do trabalho é também reflexo das mudanças de padrões de consumo, que trazem consigo mudanças no sistema de produção e, conseqüentemente, no tipo de trabalho e das ocupações requeridos neste novo contexto.

No caso do Brasil (e fundamentalmente dos países emergentes), um país muito desigual, um dos eixos de mudança do emprego (eixo socioeconômico) é a ascensão da classe média, o que altera substancialmente os padrões de consumo. Há, adicionalmente, outro elemento socioeconômico, de natureza demográfica: o perfil etário no mercado de trabalho. Como lembra Alves (2016), ter maior proporção de produtores líquidos em relação aos consumido-

res líquidos é garantia essencial da decolagem do desenvolvimento. Lembra o citado autor que o Brasil, que vive a fase do bônus demográfico, tem uma chance única de avançar com a inclusão social de seus adolescentes e jovens.

Há muitos problemas que se adicionam à iminente perda do bônus demográfico. Há uma significativa parte dos jovens brasileiros que nem trabalham e nem estudam (a chamada geração nem-nem), o que contribui para a redução dos benefícios do bônus demográfico. Outro tema relevante é a crescente participação feminina no mercado de trabalho e o problema da desigualdade de gênero. São muitos temas que estão na ordem do dia justamente em tempos de crise fiscal e financeira do Estado, em particular no seu sistema de seguridade social, que tem na Previdência Pública seu eixo basilar.

O contexto atual é dramático: grave e duradoura recessão desde 2015; reversão dos ganhos da classe média; crise fiscal do Estado; crise nos sistemas de pesquisa e nas universidades públicas; crise política; dentre outras inúmeras crises. É nesse contexto de crise que o Brasil vai precisar buscar novos caminhos que permitam o ingresso ao novo mundo do emprego e, ainda mais basicamente, buscar caminhos para a recomposição dos postos de trabalho nos setores já estabelecidos e de grande empregabilidade no país (comércio, serviços e construção civil). Os dados da taxa de desocupação da PNAD corroboram o tamanho do desafio.

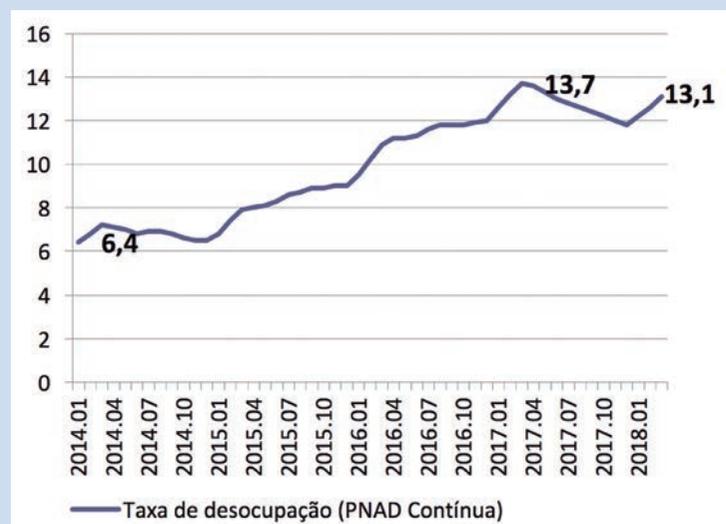


A Tabela 1 compara a participação da evolução das ocupações por atividade econômica em 2000 e 2015, captando toda a mudança estrutural no período delimitado. Na fase de prosperidade do ciclo, houve um importante ganho de participação do Comércio, da Construção Civil e dos Outros Serviços em detrimento de uma redução do pessoal ocupado da Agropecuária.

A desalentadora conclusão de Alves (2016: p. 40) traz à tona um importante alerta: “O Brasil está passando por um momento definidor para o futuro do país. Existe um agudo processo de rebaixamento da estrutura produtiva (desindustrialização) e uma reprimarização da economia em um momento em que mais de 85% da população vive em cidades”.

Aqui emerge uma questão nevrálgica: como as empresas, os governos e os indivíduos lidarão com os desafios postos pelas transformações supracitadas? A rigor, sabe-

Gráfico 1:
Taxa de desocupação - (%) - Brasil (2014.1 - 2018.3)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD Contínua)

Tabela 1: Evolução do fator trabalho (ocupações) segundo as Contas Nacionais (2000 e 2015)

Atividade (nível 12)	2000	(%)	2015	(%)
Agropecuária	16.728.521	21,2%	13.137.526	12,9%
Indústrias extrativas	189.240	0,2%	287.556	0,3%
Indústrias de transformação	8.288.410	10,5%	11.213.515	11,0%
Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	529.729	0,7%	677.421	0,7%
Construção	5.579.533	7,1%	8.639.884	8,5%
Comércio	13.677.005	17,4%	18.873.373	18,5%
Transporte, armazenagem e correio	3.285.246	4,2%	4.711.100	4,6%
Informação e comunicação	755.979	1,0%	1.349.757	1,3%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	891.389	1,1%	1.199.865	1,2%
Atividades imobiliárias	311.775	0,4%	417.053	0,4%
Outras atividades de serviços	20.754.206	26,4%	30.270.495	29,7%
Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	7.753.483	9,8%	11.167.531	11,0%
Total de pessoas ocupadas	78.744.515	100%	101.945.076	100,0%

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.



-se que pela experiência histórica é necessária uma coalizão em torno de um Projeto de Nação. Naturalmente tais processos envolvem distintos interesses econômicos e sociais. Como lembra Kerstenetzky (2016: p. 33-34) a respeito do modelo de crescimento e os problemas de conflito distributivos: “... o crescimento do produto se faz simultaneamente à distribuição de seus frutos os quais, a depender do modelo produtivo adotado, remuneram de modo diferenciado os participantes do processo produtivo... Esse é o aprendizado dos países desenvolvidos: o processo de crescimento é um processo politicamente negociado, mais ou menos socialmente equilibrado a depender do jogo das forças em presença e da resultante natureza e grau de institucionalização dos mencionados anteparos. Isso é o que nos sugere igualmente a nossa própria história”.

Referências

- Alves, José Eustáquio Diniz. *Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino*. E-book: pp. 21-44, 2016.
- Kerstenetzky, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 1 (142), pp. 29-45, janeiro-março/2016.
- World Economic Forum. *The future of jobs: Employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution*. World Economic Forum, Geneva, Switzerland, 2016.

* É professor associado do IE/UFRJ e coordena o curso de extensão à distância em Distribuição de Renda e Pobreza da UFRJ (www.youtube.com/channel/UCf2SDxliMtb3tV9ttidlQzQ). Trabalhou na coordenação de Contas Nacionais do IBGE. mathias@ie.ufrj.br

Um longo e tenebroso inverno

Luiz Fernando de Paula*
Eduardo Amendola**

Sustentamos neste artigo que a persistência de altas taxas de desemprego no Brasil se deve principalmente a dois fatores relacionados: forte correlação (ainda que com defasagem) entre taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego; e existência de um “efeito histerese” no mercado de trabalho, resultado de um prolongado período de baixo nível de atividade econômica.

De fato, a economia brasileira iniciou uma aguda e prolongada recessão a partir do 2º trimestre de 2014, puxada principalmente pela forte desaceleração do consumo e do investimento, cuja taxa de variação do índice de volume destas medidas no trimestre foi de -0,6% e -3,6%, respectivamente. Em 2015-2016 a economia sofreu uma série de choques – deterioração dos termos de troca, aceleração inflacionária, crise hídrica, desvalorização da moeda, aumento da taxa de juros Selic, *credit crunch*¹, efeitos da Lava Jato etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico, que desacelerou dramaticamente para menos 3,6% em média no biênio.

Após um longo período em que o emprego formal cresceu continuamente, com destaque para o setor de serviços, e a taxa de desocupação veio reduzindo *pari passu*, atingindo taxas entre 6 a 8%, a desocupação subiu celeremente de 6,5% em janeiro de 2015 para 13,7% em março de 2017, criando um círculo vicioso entre recessão e desemprego: recessão gera desemprego e



Luiz Fernando de Paula



Eduardo Amendola

este aprofunda a recessão. Quando adicionamos a taxa de subutilização da força de trabalho (pessoas que têm 14 anos ou mais de idade, trabalham habitualmente menos de 40 horas e estão disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias) à taxa de desocupação, o quadro é ainda mais tenebroso: aumento de 14,9% no 4º trimestre de 2014 para 24,1% no 1º trimestre de 2017 (ver gráfico 1).

A lenta recuperação econômica iniciada em 2017 (taxa de crescimento do PIB real no ano de 0,99%) veio acompanhada por uma gradual redução na taxa de desocupação de 13,7% em março de 2017 para 12,7% em dezembro de 2017, voltando, contudo, a crescer levemente para 13% em abril de 2018. Esta tênue melhora, no entanto, era de uma qualidade relativamente ruim, pois o crescimento do emprego ocorreu principalmente com trabalhadores por conta própria e com queda no emprego formal com carteira, ao mesmo tempo em que a taxa

de desocupação, somada à taxa de subutilização da força de trabalho, se manteve mais ou menos estável neste período (cerca de 24%)!

Como pode ser visto no gráfico 2, o emprego formal desacelerou desde o início de 2015, com forte queda no setor de construção civil – bastante afetado com a crise das empresas do setor por conta da Operação Lava Jato e da forte redução dos investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica e social –, e em menor grau na indústria de transformação.

É bem possível que trabalhadores de idade mais avançada, em face da demora em obter emprego, saiam precocemente do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que jovens retardam sua entrada no mesmo.

É aí que entra o efeito histerese² no mercado de trabalho: a taxa de desemprego na economia é parcialmente influenciada pelo caminho para alcançar o “equilíbrio”, ou seja, é *path dependence*.

É provável que períodos prolongados de níveis de baixa atividade econômica alterem a taxa de desemprego da economia: uma alta taxa de desemprego tende a gerar um número crescente de desemprego de longo prazo, diminuindo a influência da barganha salarial por melhores salários. Se o efeito da histerese é importante, a taxa de sacrifício associada à desinflação e recessão é muito maior do que sugerido pela hipótese da taxa natural de desemprego, uma vez que o desemprego tende a persistir no tempo. Este parece ser o caso brasileiro no período recente, como resultado de uma aguda e prolongada recessão.

Isto posto, é de se esperar uma lenta recuperação do emprego no Brasil. Somente um crescimento econômico mais sustentável e robusto poderia acelerar as contratações formais com carteira de trabalho, reduzindo a taxa de desocupação e a informalidade no mercado de trabalho. Tal crescimento, acrescentando-se, deve ser acompanhado de um processo de mudança estrutural na economia brasileira, uma vez que o crescimento do emprego no período do recente *boom* de crescimento (2004-2013) ocorreu principalmente no setor de serviços de baixa produtividade (como comércio), com salários médios baixos.

As perspectivas para a economia brasileira, no curto prazo, como se sabe, são bastante ruins, com revisões sistemáticas para baixo nos prognósticos do crescimento da taxa de crescimento do PIB no presente ano. A agenda liberal do governo Temer, ao contrário do prometido, não foi capaz de entregar um crescimento econômico

mais sustentável para o país, através de um conjunto de reformas (trabalhista, teto do gasto público, TLP, etc.) e um suposto choque de credibilidade. A economia cresceu lentamente, mas não de forma sustentável, *apesar* do governo Temer. Em 2017 um fator atenuante ficou por conta da liberação das contas inativas do FGTS para as famílias, estimulando algum crescimento no consumo das famílias, medida defendida pelo Ministério do Planejamento, em que pese a contrariedade da equipe do Ministério da Fazenda.

A longo prazo, a melhoria no mercado de trabalho depende crucialmente da combinação de uma política macroeconômica que viabilize uma taxa de câmbio e taxa de juros mais amigável ao setor produtivo com políticas setoriais que estimulem o investimento público e privado em infraestrutura econômica e social. O Banco Central do Brasil, em um quadro de muito tênue recuperação da economia brasileira e altas taxas de desemprego, tem espaço para reduzir a taxa Selic, tal como tem sido defendido inclusive por alguns economistas ortodoxos, não devendo ficar assim preso a uma política excessivamente cautelosa.

Em conclusão, é preciso combinar uma mudança estrutural de longo prazo através do desenvolvimento de setores manufatureiros e serviços sofisticados de maior produtividade (e maiores salários) com maiores investimentos em programas sociais (saneamento, saúde, etc.) que sejam intensivos em mão de obra. Este é o grande desafio para o próximo governo.

* É professor titular da FCE/Uerj e Iesp/Uerj.

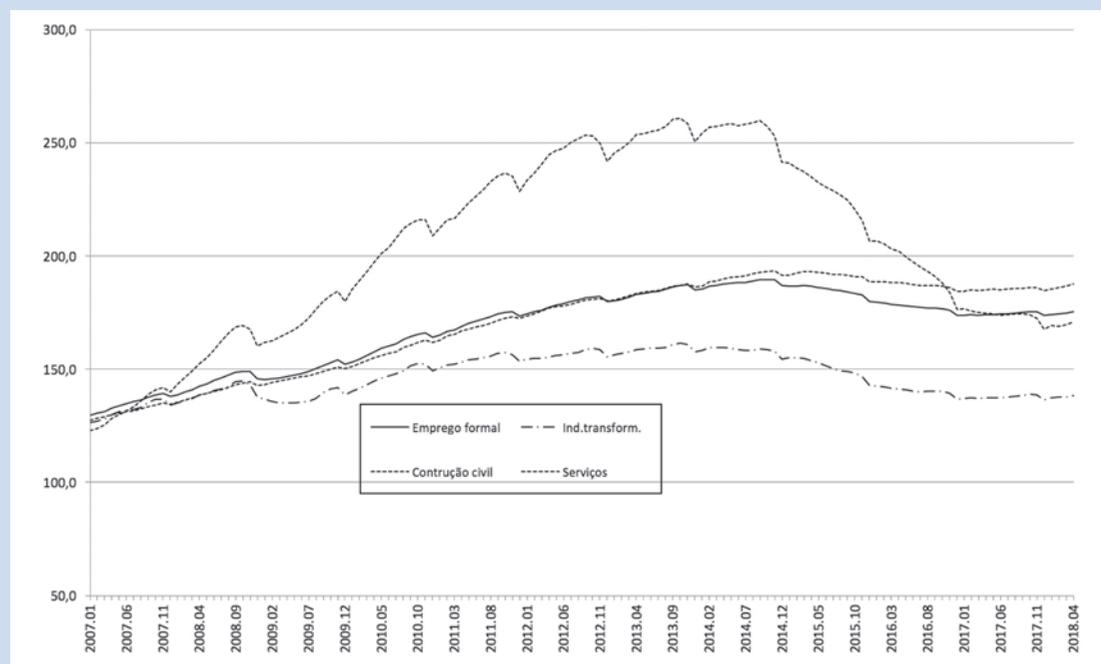
** É doutorando em Economia do PPGCE/Uerj.

Gráfico 2: Índice de emprego formal



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 1: Taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho (%)



Fonte: IBGE/PNADC

1 *Credit crunch* é uma redução repentina na disponibilidade geral de empréstimos (ou crédito) ou um súbito aperto nas condições exigidas para obter um empréstimo dos bancos. A oferta de crédito torna-se menos disponível a qualquer taxa de juros, ou deixa de haver uma rela-

ção clara entre taxas de juros e oferta de crédito (ou seja, ocorre um racionamento de crédito). No caso do Brasil, a *credit crunch* ocorreu a partir de 2015 foi acompanhado de um aumento nas taxas de empréstimos, o que aprofundou ainda mais a crise do crédito.

2 Histerese, um conceito original da Física, quer dizer dependência do estado de um sistema de sua própria história. Na Economia refere-se aos efeitos que persistem depois que as causas iniciais que lhe deram origem são extintas.

Emprego, reforma trabalhista, desemprego e precarização: há solução?



Rubens R. Sawaya*

A forma de inserção social e o lugar que os indivíduos ocupam nas sociedades capitalistas modernas se dá pelo que cada um possui, por sua propriedade. Há os que se inserem na sociedade, dela participam e assim obtêm renda, pela venda da única mercadoria que possuem, sua força de trabalho; de outro lado, há os que se inserem e obtêm renda pela propriedade sobre o trabalho alheio, que compram a força de trabalho daqueles se só tem a si mesmos para vender; os outros, que não estão nessas posições, são excluídos da relação social como supérfluos ou desnecessários e vivem à margem. Terceirização é apenas uma forma de fornecer força de trabalho.

Assim, em uma sociedade em que os compradores de força de trabalho são empresas cada vez mais centralizadas em corporações organizadas em rede, para a maioria das pessoas só é possível existir vinculando-se a essas corporações pelo emprego ou como terceirizado. Nesta relação, o trabalhador só é comprado se for capaz de criar mais valor do que custa como força de trabalho; deve proporcionar lucro para as empresas e, assim, garantir a própria existência da empresa, bem como sua existência como trabalhador ao demonstrar, individualmente, sua viabilidade econômica. Há uma miríade de outras atividades econômicas subordinadas que dependem da geração de emprego e renda nas cadeias centrais de valor centralizadas nas grades corpo-

rações. Por exemplo, a renda nos setores de serviços depende da existência de setores onde a produtividade e os salários são elevados (ver Reinert, p.202).

Pressionadas pela concorrência, as corporações sempre buscam inovações tecnológicas a fim de diminuir os custos de produção, substituindo trabalhadores por equipamentos mais baratos. Com isso, conseguem elevar a produtividade e diminuir os custos unitários de produção para abocanhar *market share* de seus concorrentes. Esse é o mecanismo que as empurra à inovação e à participação relativa menor dos salários na renda global da economia, mesmo que os trabalhadores tenham seus salários reais elevados pelo barateamento dos produtos.

As novas formas de trabalho e as novas tecnologias não modificam essas características centrais do sistema. Recentemente se passou a discutir o desemprego criado pela chamada “indústria 4.0”, o desemprego tecnológico (que ocorre desde os Ludistas no início do século XIX) e sua ligação com a necessidade de se alterar a legislação trabalhista, “flexibilizar o trabalho” diante da “nova” forma de produção. Não se dá conta de que, na história do capitalismo, a questão sempre foi sobre como baratear a força de trabalho. Mais interessante é que essa discussão surge no Brasil quando as taxas de desemprego alcançam 13% e a reforma da legislação trabalhista aparece como “solução” para o desemprego, bem como uma forma de inserção do país nas cadeias

globais de valor fornecendo mão de obra barata, acreditando-se que o capital transnacional, diferentemente dos anos 1990 – quando fizeram tudo para atraí-lo –, desta vez virá com investimentos diretos e promoverá o desenvolvimento de forma “sustentável”, sem pressão inflacionária, pelo baixo custo da mão de obra.

Com esse objetivo, com o nome de “modernização”, a reforma trabalhista retira direitos conquistados às duras penas nos últimos 60 anos, precariza o trabalho, isola os trabalhadores sem proteção legal, acudados, sem poder de barganha. A discussão sobre as “novas tecnologias” atua como cortina de fumaça ao buscar, na verdade, justificar como “necessária” essa transformação na legislação para o “novo tipo de emprego”, por hora, domiciliar, por tarefas. Justifica a “flexibilização” da legislação trabalhista como algo “moderno” para que o país possa “adentrar à modernidade”, se inserir nas cadeias globais de valor, e para que os empregos cresçam.

Vende-se a ideia de que novas empresas seriam atraídas para o Brasil, novos empregos seriam gerados em uma “nova era de empregos flexíveis”. O crescimento econômico estaria garantido. Não leva em consideração o fato de serem, na história do capitalismo, justamente o limite legal à jornada de trabalho, bem como a elevação dos salários, os fatores que forçam as empresas à inovação tecnológica. Apostar na estratégia de precarização é apostar na produção de baixo valor agregado tí-

pico de economias atrasadas, sem pressão por investimentos em novas tecnologias.

Essa “nova fórmula” tem também por objetivo retirar o impacto da variação da demanda sobre os lucros das empresas e repassá-lo aos trabalhadores. A incerteza é transferida aos trabalhadores flexíveis, agora horistas, que trabalham só quando há demanda. Quando os negócios vão mal, os lucros são preservados e os trabalhadores são afastados; quando estão bem, os trabalhadores estarão disponíveis para o trabalho a qualquer preço. Insegurança e precariedade são palavras centrais. Estar disponível para as empresas, como exército de reserva “livre”, é sua lógica.

Vende-se ainda a ideia de que essa nova forma de trabalho garantiria maior “liberdade” para o trabalhador. Este agora poderia escolher seu horário de trabalho bem como trabalhar em casa. No fundo, quando se trabalha sem horário definido, trabalha-se o tempo todo, ainda mais quando a incerteza sobre a “garantia de trabalho” e a competição entre os trabalhadores isolados joga uns contra os outros, seus concorrentes, e lhes espreme ao máximo. Na lógica de quanto mais horas se trabalha, mais se ganha, com salários sempre espremidos, a tendência é cada um trabalhar o máximo possível, o que é facilitado quando o trabalho é feito em casa. Acorda-se e dorme-se trabalhando, sem interrupções, envolvendo todos os membros da família. A corporação, via rede de computadores, controla “por meio de fios invisíveis o grande exército de trabalhadores a domicílio”, os movimentos de cada trabalhador. “Essa exploração se reveste, no trabalho a domicílio, de maior cinismo... pois a capacidade de resistência dos trabalha-



dores diminuí com sua disseminação” (Marx I, 1980, p.529).

Essas “novas” tendências não revelam que o objetivo central de qualquer empresa é elevar a produtividade ao limite, premida pela própria concorrência. Faz cada trabalhador produzir o máximo possível no menor tempo e, assim, criar o maior valor excedente possível para a empresa. Essa é a lógica de qualquer atividade empresarial. As novas tecnologias servem para garanti-la.

Historicamente novas tecnologias têm a função de substituir trabalhadores por máquinas. Sempre desempregam, mais do que empregam (Rifkin, 2004, p.xxi). Em termos macro esse é o objetivo: gerar excesso de oferta de força de trabalho e baixar os salários. Quando as novas tecnologias se disseminam, o desemprego eleva-se e não há substituição de antigos empregos por novos. Para que o emprego se eleve, a economia como um todo deve crescer ao ponto de compensar com novos empregos aqueles eliminados

pelos novos equipamentos. Essa lógica secular do capitalismo nunca se modificou.

Por isso, ou a economia tem que crescer a taxas crescentes ou diminui-se legalmente a jornada de trabalho, redistribuindo empregos e garantindo a existência social para mais ampla parcela da população. A criação de formas de renda alternativas via Estado para os desempregados (como ocorre em alguns países) pode ser outra alternativa, já utilizada em alguns países, o que só é possível em economias com elevada produtividade advinda do uso de tecnologia avançada, o que a flexibilização e o barateamento da força de trabalho impedem. Sob a lógica capitalista, a flexibilização apenas coloca o peso sobre os ombros dos trabalhadores, que não possuem outra forma de existência e que por isso adicionam o exército industrial de reserva ou, mais grave, a superpopulação relativa, gente desnecessária marginal.

“Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por tra-

balho excedente, viola [a corporação] os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento, e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições... fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão...” (Marx I, 1980, p. 301)

Referências

- Reinert, E. S.** *Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E por que os Países Pobres Continuam Pobres*. São Paulo: Contraponto, 2015
- Rifkin, J.** *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. MBooks, 2004
- Marx, K.** *O capital: para crítica à economia política*. Volume I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

* É professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUCSP.

Estagnação econômica e nova Divisão Internacional do Trabalho

Marcio Pochmann*

A manifestação da grave crise global desde 2008 tornou mais claro o conjunto de sinais da decadência relativa dos Estados Unidos. A ineficácia das políticas neoliberais e o poder concentrado e centralizado das grandes corporações transnacionais apoderaram-se do Estado em grande parte dos países desenvolvidos, responsáveis pela adoção de políticas caracterizadas como “socialismo dos ricos”. Enquanto os trabalhadores passaram a pagar com a perda de seus empregos e a precarização das ocupações, os grandes grupos econômicos se ajustam com grandes somas do orçamento público, incapazes de recuperar a dinâmica produtiva, salvo a financeirização da riqueza.

Simultaneamente, percebe-se o reaparecimento da multicentralidade geográfica mundial, com um novo deslocamento do centro dinâmico da América (EUA) para a Ásia (China). Ao mesmo tempo, países de grande dimensão geográfica e populacional voltaram a assumir maior responsabilidade no desenvolvimento mundial, como no caso da China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, que já respondem atualmente pela metade da expansão econômica do planeta. São cada vez mais chamados “países baleia”, que procuram exercer efeitos sistêmicos no entorno de suas regiões, fazendo avançar a integração suprarregional, como no caso do Mercosul e Asean, que se expandem com

maior autonomia no âmbito das relações Sul-Sul. Não sem motivos demandam reformulações na ordem econômica global (reestruturação do padrão monetário, exercício do comércio justo, novas alternativas tecnológicas, democratização do poder e sustentabilidade ambiental).

Uma nova divisão internacional do trabalho se vislumbra, associada ao desenvolvimento das forças produtivas assentadas na agropecuária, mineração, indústria e construção civil nas economias baleia. Também ganham importância as políticas de avanço do trabalho imaterial, conectado com a forte expansão do setor de serviços. Essa inédita fase do desenvolvimento mundial tende a depender diretamente do vigor dos novos países que emergiram cada vez mais distantes dos pilares anteriormente hegemônicos do pensamento único (equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional intermediado pelo dólar e assentado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados), atualmente desacreditados.

Nestes termos, percebe-se que a reorganização mundial desde a crise global de 2008 vem se apoiando numa nova estrutura de funcionamento que exige coordenação e liderança mais ampliada. Os países baleia podem contribuir muito para isso, tendo em vista que o tripé da nova expansão econômica global consiste na alteração da partilha do mundo, derivada do polícentrismo, associada à plena re-

volução da base técnico-científica da produção e do padrão de consumo sustentável ambientalmente.

A conexão dessa totalidade nas transformações mundiais requer o resgate da cooperação e integração supranacional em novas bases. A começar pela superação da antiga divisão do trabalho entre países, assentada na reprodução do passado (menor custo de bens e serviços associado ao reduzido conteúdo tecnológico e valor agregado, dependente do uso trabalho precário e da execução em longas jornadas sub-remuneradas). Com isso, o desenvolvimento poderia ser efetivamente global, evitando combinar a riqueza de alguns com a pobreza de outros.

As decisões políticas tomadas pelos países de grandes dimensões territoriais e populacionais podem asfaltar, inexoravelmente, o caminho do amanhã voltado à constituição de um novo padrão civilizatório global. É nesse contexto que as oportunidades econômicas, com significativas implicações para o emprego, terminam se concretizando, embora as iniciativas brasileiras recentes encontrem-se distante disso.

Após ter acumulado um encolhimento de 7% na recessão dos anos de 2015 e 2016, a economia brasileira, sem forças para retomar o crescimento, segue generalizando sinais da estagnação de suas forças produtivas desde o ano passado. O funcionamento do mercado de trabalho, por subordinar-se ao desempenho geral da economia, prolonga o sofrimento humano no



desemprego ampliado e desperdiça enorme potencial de resolução da desordem fiscal aprofundada pelas políticas neoliberais de Temer.

Durante os dois anos recentes da recessão, o tipo de desemprego que mais cresceu foi o desalento (desempregado sem procura frequente por trabalho), pois saltou de 1,5% da Força de Trabalho (FT) no quarto trimestre de 2014 para 3,5% no último trimestre de 2016 (aumento médio de 11,2% ao trimestre). Na sequência, o desemprego aberto se destacou por maior expansão (média de elevação de 8% ao trimestre), com expansão de 6,5% da FT no último trimestre de 2014 para 12% da FT no quarto trimestre de 2016. Por fim, o desemprego disfarçado pelo exercício da estratégia de sobrevivência (bicos) aumentou 5,5% ao trimestre, passando de 11,2% da FT no último trimestre de 2014 para 17,2% da FT no quarto trimestre de 2016.

Como no ano de 2017 a economia brasileira apontou para a interrupção de sua trajetória recessiva anterior, registrando comportamento positivo de 1% na evolução do Produto Interno Bruto (PIB), seria natural constatar melhora no funcionamento do mercado de trabalho. Mas isso, todavia, não permite ser ainda constatado.

Entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2018, segundo o IBGE, o desemprego aberto cresceu 9,2% (1,8% em média por trimestre), uma vez que seguiu de 12% para 13,1% da FT. Também o desemprego disfardado aumentou 11% (2,1% de elevação média por trimestre), passando de 17,2% para 19,1% da FT no mesmo período de tempo. No caso do desemprego por desalento, o aumento do desemprego foi ainda maior (17,1% acumulado no período ou 3,2% em média por trimestre), alcançando 4,1% da FT no primeiro trimestre de 2018 ao invés de 3,4% da FT no último trimestre de 2016.

Em síntese, o ritmo de expansão dos diferentes tipos de desemprego nesta fase de estagnação da economia brasileira desacelerou se comparado com o período recessivo. Mas o esperado não seria a desaceleração do desemprego, mas sim o seu recuo.

Entre o último trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2018, por exemplo, o setor agropecuário, principal responsável pelo impulso do PIB recente, criou apenas 23 mil novas vagas, ao passo que o setor secundário (indústria e construção civil) seguiu destruindo 716 mil ocupações e o terciário (comércio e serviços) perdeu 615 mil postos de trabalho.

Em função disso, o primeiro trimestre de 2018 aponta redução de 1,5 milhão de ocupações em

comparação ao último trimestre de 2016, quando a recessão teria, em tese, sido encerrada. A situação não se apresenta ainda mais grave porque a força de trabalho considerada entre o quarto de 2016 e o primeiro de 2018 manteve-se estabilizada em 104 milhões de pessoas.

Sem reação positiva na economia, a dinâmica do mercado de trabalho passa a ser alterada negativamente pelo movimento da desregulação do trabalho imposta pelo neoliberalismo do governo Temer. Com a reforma trabalhista, o patronato passou a se encontrar

livre para a prática da substituição generalizada de empregos regulares por ocupações em regime do novo precariado, com jornadas de trabalho flexíveis e insuficientes para alcançar um rendimento que permita sair da nova condição de pobreza (*working poor*).

Se em 2014, o custo do trabalho na indústria chinesa representava quase 2/5 do custo do trabalhador brasileiro, atualmente passou a superar cerca de 1/5 do custo do trabalho no Brasil. O governo Temer, com a volta das políticas neoliberais que já tinham

produzido piora ao mercado de trabalho nos anos de 1990, consegue a proeza de inverter o lema exitoso do presidente JK (avanço de 5 décadas em apenas 5 anos) para retrocessos de 20 anos acumulados em apenas 2 anos.

* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Aliedo

Renuncie com moderação

Em momentos de crise e baixa arrecadação, é necessário pôr na balança a concessão de isenções fiscais. A fim de investigar a eficiência desses benefícios vis-à-vis ao comportamento do emprego, da arrecadação tributária e da produção, iniciamos na matéria do mês de junho a pesquisa sobre as isenções fiscais do estado do Rio de Janeiro.

As renúncias são uma forma de alívio tributário que objetiva atrair indústrias e empreendimentos para um determinado local, gerar empregos, desconcentrar regionalmente a atividade econômica e melhorar o bem-estar social, por meio de compensações e da aplicação de parte do benefício recebido em fundos sociais. O estado do Rio de Janeiro destaca-se ao conceder mais de R\$40 bilhões em benefícios entre 2014 e 2018, segundo os Projetos de Lei Orçamentária Anual (Ploa).

O artigo “Renunciar é o melhor remédio?” abordou o setor farmacêutico. Neste, o enfoque é o setor de bebidas, sempre no período de 2014 a 2018¹.

O setor de bebidas foi responsável pelo terceiro maior montante de renúncias concedidas no período, atrás apenas do petróleo e seus derivados e do setor farmacêutico.

A apuração das renúncias fiscais encontra alguns entraves, como a falta de clareza nos dados, as quebras de continuidade na série histórica e, novamente, a notação diferenciada no quadro “Demonstrativo Regionalizado de Fomento às Atividades Econômicas”, presente na Ploa de 2017, que impossibilita o isolamento por setor da atividade econômica. Diante destas incongruências já observa-

das anteriormente, o aprofundamento da pesquisa resultou, nesta fase, em uma análise de todos os decretos, convênios e leis que compõem as renúncias para os anos de 2014, 2015, 2016 e 2018.

Dessa forma, foi possível diferenciar quais valores referem-se a renúncias efetivas e quais não geram impacto na arrecadação. Para essa diferenciação, utiliza-se a nomenclatura de Montante Neutro de Incentivos Fiscais (Monif) e Valor Apurado de Incentivos Fiscais (Vapif) que, somados, correspondem à Base Autodeclarada de Incentivos Fiscais (Badif). Tanto o montante total das renúncias quanto os valores apurados pelo Vapif são importantes para fins de comparação com os demais indicadores, cujas trajetórias apontam para a eficácia e melhoria causada ou não pelas concessões.

Mercado de Bebidas

A indústria de bebidas possui alta relevância produtiva em grande parte dos países, alcançando faturamento de R\$ 2,9 trilhões² a nível mundial em 2016³. No Brasil, o setor de bebidas é formado por grandes empresas e é o terceiro maior consumidor de bebidas

alcoólicas e sexto maior consumidor de bebidas não alcoólicas do mundo, o que justifica a competitividade entre multinacionais para fortalecer-se no mercado brasileiro⁴. No entanto, tal competitividade se restringe a poucas empresas, que são responsáveis pelo elevado grau de concentração do mercado. Em 2013, quatro empresas representaram 98% do volume total de cerveja produzido e apenas duas empresas responderam por 78% do volume total de refrigerante produzido⁵. O destaque é para a Ambev, que representa 67,9% da produção de cerveja e 18,4% da produção de refrigerantes.

Nesse cenário, a entrada de novos competidores no setor é dificultada. A redução de custo decorrente da produção em escala dos principais fabricantes é um fator que mantém a concentração. Assim como a distribuição, que se torna uma barreira para os pequenos produtores a partir do momento que grandes companhias se beneficiam por meio de acordos de exclusividade, intensificando a concorrência desleal.

O Rio de Janeiro, apesar de não se destacar como um dos estados que concentram mais estabelecimentos produtores de bebidas,

destaca-se como grande empregador no setor. No caso das bebidas alcoólicas, é o nono estado que aloca mais estabelecimentos, com 4%, mas é o segundo com mais empregos, com 11,1%. Na produção de bebidas não alcoólicas aparece como o quinto maior concentrador de empresas, com 7,8%, e segundo maior empregador, com 10,6%. Tal fato se dá devido à predominância de grandes empresas, como subsidiárias de multinacionais, que apresentam quantidade significativa de funcionários⁶.

Tais multinacionais enxergam o Rio como um estado propício para a construção de fábricas não só por seu mercado consumidor, mas também pela grande quantidade de incentivos fiscais concedidos pelo governo, que são desfrutados principalmente por essas empresas. Entretanto, em 2017, a Ambev desistiu de instalar uma fábrica de latas de alumínio e garrafas de vidro em Santa Cruz, pois o Estado não conseguiu aprovar a concessão de um benefício no valor de R\$ 650 milhões para a multinacional, comprovando a importância dos benefícios para a mesma.

A Ambev, a Coca Cola e o Grupo Petrópolis (que responde

Tabela 1: Estimativa de Renúncia Tributária

Ano	Renúncias (Em R\$)	VAPIF	MONIF
2014	77.012.520,62	24%	76%
2015	118.478.321,44	36%	64%
2016	120.121.458,95	33%	67%
2018	70.562.745,00	0,1%	99,9%

Fonte: Projetos de Lei Orçamentária Anual 2014-2018

por 11,3% da produção de cervejas) possuem duas fábricas cada no Rio, além de centros de distribuição e armazenamento espalhados por diversas cidades. Vale ressaltar, também, que em representação apresentada por deputados estaduais do PSOL ao Ministério Público, tanto a Ambev quanto a Coca Cola aparecem entre as 20 empresas com maiores dívidas ativas no Estado em 2016. Porém, o acompanhamento da dívida ativa estadual detalhada por empresa é dificultado pelo governo, que não se dispõe a divulgar as informações.

Comparando o ERJ com o Brasil, vemos que ambos apresentaram reduções mensais na produção desde o final de 2013 até meados de 2016, sendo as do Rio mais drásticas. No entanto, a partir em março de 2016, a produção fluminense passou a apresentar crescimento, enquanto no país, esta continuou com variação negativa, sendo assim até março de 2017.

Enfim, nem sempre uma quantidade maior de benefícios gera um aumento na produção.

Renúncias Fiscais

O setor de bebidas está entre as três principais áreas de atividade econômica a receber benefícios fiscais do governo do estado, tendo recebido, no último quadriênio, cerca de R\$1,6 bilhão em incentivos. Destes, 1% são financiamentos realizados através do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, 76% são creditícios e 23% são tributários (benefícios concedidos sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)).

A tabela 1 traz a estimativa das renúncias tributárias para o período de 2014 a 2018, com exceção

de 2017. Ela especifica, ainda, qual porcentagem das renúncias é efetiva (Vapif) e qual é neutra (Monif). Observa-se uma trajetória crescente até 2016 e uma queda de 41% em 2018. Já para 2019, o Projeto de Lei Orçamentária Anual – Ploa 2018 estima que o benefício concedido ao setor de bebidas seja de R\$ 85 milhões.

Entre 2014 e 2016, aumenta o percentual de renúncias efetivas e cai de neutras. Em 2018, foi identificado apenas um decreto de renúncia efetiva, equivalente a 0,1% do montante total. Os decretos escolhidos foram retirados dos já referidos quadros presentes nos Ploas, onde seus montantes referiam-se ao setor de bebidas. A leitura destes, porém, mostra que alguns decretos não estão diretamente relacionados à produção e comercialização de bebidas, mas foram considerados para o cálculo supondo que influem em alguma fase desta cadeia produtiva.

Analisar a arrecadação oriunda do setor de bebidas também é fundamental para medir sua relevância na economia regional. Entre 2014 e 2015 houve uma queda de 16% na arrecadação do ICMS, ao mesmo tempo em que as renúncias fiscais aumentaram 54%, cerca de R\$ 41 milhões, como mostra a tabela 2.

A partir de 2015, é possível observar um crescimento gradual do ICMS do setor, que teve uma expansão de R\$ 911 milhões em dois anos, aproximadamente 32%. No primeiro trimestre de 2018, a arrecadação foi 26,6% da realizada em 2017, o que indica uma manutenção da tendência de alta desta rubrica.

Outra importante variável a ser examinada para verificar os impactos das renúncias fiscais concedidas ao setor de bebidas

Tabela 2: Arrecadação de ICMS do setor de bebidas

Em R\$	
Ano	ICMS
2014	3.324.375.738
2015	2.805.580.687
2016	2.977.295.412
2017	3.717.296.643
Mar/2018	988.099.688

Fonte: Secretaria do Estado de Fazenda

Tabela 3: Trajetória do Emprego

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
2014*	1.004.842	990.506	14.336
2015	846.904	882.074	-35.170
2016	36635	43616	-6981
2017	28745	34308	-5563
mar/18	8081	8820	-739

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego 2014-2018

*Os dados de 2014 referem-se aos meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015.

é o emprego. Segundo o Cagedo Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do estado do Rio de Janeiro, o número de admissões teve uma queda significativa entre 2014 e 2017, pois saiu de 1.004.842 para 28.745. Tal tendência foi acompanhada por um decréscimo, em menor magnitude, no número de desligamentos, que caiu de 990.506 para 34.308, o que resultou em um saldo admissões-demissões negativo. Nos três primeiros meses de 2018, as admissões foram 8.081, enquanto o saldo tornou-se menos negativo, como apresenta a tabela 3.

Cabe ressaltar que a trajetória do mercado de trabalho diverge das renúncias nesse período: enquanto o nível de emprego caiu os benefícios aumentaram.

Considerações Finais

Os dados referentes ao setor de bebidas não possibilitam estabelecer uma relação de causa e efeito entre os benefícios concedidos ao setor e os resultados apresentados pelo mesmo no período analisado. O que se pode observar é que a relação da arrecadação de ICMS e do emprego com o montante de renúncias é inversamente proporcional. De 2014 a 2016, houve um aumento das renúncias, ao mesmo tempo em que a arrecadação de ICMS caiu. Além disso, o número de admissões diminuiu vis-à-vis o aumento das demissões, o que tornou o saldo de emprego negativo.

No cenário encontrado pela etapa final desta pesquisa, as semelhanças com o setor farmacêutico, previamente analisado, são muitas. Assim como o farmacêutico,

alguns dos objetivos principais da concessão de benefícios fiscais ao setor de bebidas não foram alcançados na economia fluminense do período: o aumento da arrecadação, do emprego e a dinamização da produção. Além disso, a concentração no mercado de bebidas também se mantém elevada.

Análises sobre as isenções no estado do Rio de Janeiro encontram percalços consecutivos, o que demonstra pouca transparência do Estado com relação a um assunto tão caro para a população: a perda de arrecadação e a consequente deterioração dos serviços públicos. Em um momento de crise fiscal acentuada, com destaques negativos incessantes para o ERJ, qualquer renúncia de receita deve ser cuidadosamente analisada para confirmar seu futuro retorno para os cofres públicos. Quando ocorre exatamente o contrário, o benefício, na casa de bilhões de reais, fica pra quem?

1 Todos os dados apresentados no presente estudo estão deflacionados segundo o IPCA-E de março de 2018.

2 Conversão realizada no dia 29/05 com taxa de R\$ 3,73 para o dólar comercial.

3 "Indústria de Bebidas Alcoólicas" (Caderno Setorial ETENE) - Publicado em 2 de fevereiro de 2017

4 "Indústria de Bebidas Alcoólicas" (Caderno Setorial ETENE) - Publicado em 2 de fevereiro de 2017 e "Indústria de Bebidas Não Alcoólicas" (Caderno Setorial ETENE) - Publicado em 4 de abril de 2017

5 "O Setor de Bebidas no Brasil" - BNDES.

6 "Indústria de Bebidas Alcoólicas" e "Indústria de Bebidas Não Alcoólicas" (Caderno Setorial ETENE).

7 Conforme explicado na introdução, houve uma mudança na classificação da Ploa 2017, que impossibilitou a divisão setorial.

Arrecadação de ICMS nos anos dos Megaeventos

Na última década, a arrecadação do setor de bebidas teve um aumento de cerca de R\$2 bilhões, representando um crescimento de 144% em comparação a 2007 (Vide tabela 4). O período foi marcado pela realização de três megaeventos esportivos no Rio de Janeiro: Pan 2007, Copa do Mundo de 2014 (em parte) e Jogos Olímpicos de 2016. É de se esperar que acontecimentos como estes movimentem a economia e gerem um aumento de arrecadação.

É destacável que, nos anos de megaeventos de 2007 e 2014, os meses de junho e julho tiveram crescimento de arrecada-

ção em relação ao mesmo período do ano anterior de 12% e 80%, respectivamente. Entretanto, ao verificar tais meses em 2016, percebe-se uma queda de 10%, ou seja, mesmo a realização do maior evento internacional não foi suficiente para suprir o impacto da crise pela qual o ERJ atravessa.

O ICMS total do estado teve um trajeto semelhante no período de análise. De 2007 a 2012, a arrecadação cresceu 69% e atingiu o montante de R\$ 48 bilhões. No entanto, a partir de 2013, iniciou-se uma tendência de queda na ordem dos R\$ 15 bilhões. A verificação do com-

portamento do ICMS nos anos de megaeventos demonstra que em 2007 houve um crescimento de 3% em relação ao ano anterior, enquanto em 2014 e 2016, as variações foram negativas, -3% e -11%, respectivamente.

Assim, os dados das receitas de ICMS, tanto as provindas do setor de bebidas quanto os da arrecadação total do estado, evidenciam que o investimento na preparação dos megaeventos não obteve o resultado esperado, visto que não se pode confirmar a relação causal entre a realização de tais eventos e dinamização da atividade econômica e aumento da arrecadação.

Tabela 4: Variação da arrecadação do ICMS do setor de bebidas

Ano	Junho e Julho	Anual
2007	12%	6%
2008	6%	3%
2009	-4%	2%
2010	15%	13%
2011	-6%	0%
2012	24%	7%
2013	0%	0%
2014	80%	71%
2015	-21%	-16%
2016	-10%	6%
2017	42%	25%

Fonte: Secretaria do Estado de Fazenda (Sefaz-RJ)

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.RJ
Coordenação: Luiz Mario Behnken e Bruno Lopes. Assistentes: Est. Bruno Lins, Est. Hellen Machado e Est. Júlia Borges.
Colaboração da Professora Mirelli Malaguti.